

Relator quer 2 anos para governador

As eleições para governador do Distrito Federal, em 15 de novembro do próximo ano, ainda não estão asseguradas, mas alguns dos prováveis candidatos já saem em campo para questionar por quanto tempo primeiro cidadão a ser eleito pelos brasilienses deve permanecer no Palácio do Buriti. Tanto o senador Maurício (PDT) quanto o deputado Valmir Campelo (PFL) querem que o mandato do futuro governador e seu vice seja de seis anos. O senador apresentou emenda neste sentido à Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, e o deputado pretende segui-lo antes que se esgote o prazo previsto para a apresentação de emendas, à meia-noite de hoje.

No anteprojeto da subcomissão, o relator Sigmaringa Seixas (PMDB) propôs que tanto o futuro governador como os deputados a serem eleitos para a Assembléia Legislativa tenham um "mandato-tampão" de dois anos, de forma a coincidir com os mandatos de governadores e deputados estaduais eleitos no ano passado e que deixam os Estados em 1991. Sigmaringa defende o "mandato-tampão" como "única forma" de assegurar a aceitação das primeiras eleições diretas para o governo do DF, pelo plenário da Constituinte.

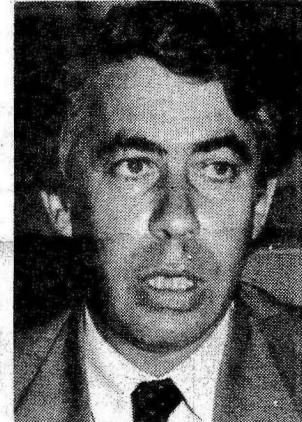
Valmir Campelo, que admite sua candidatura — "seria demagogia negar que tenho pretensões de ser governador" — argumenta que dois anos seria muito pouco tempo para que o futuro governador possa executar um plano de governo, "além do que, tumultuará a vida político-administrativa de Brasília, pois já no segundo ano o governador estaria à voltas com sua sucessão". Em defesa dessa tese, ele pretende se aliar ao senador Maurício Corrêa, propondo emenda para que a coincidência das eleições no DF se dê apenas em 1994. Quanto ao mandato dos outros deputados estaduais, o senador concorda que devem ser de dois anos.

Sigmaringa Seixas argumenta que as eleições no DF devem coincidir com as demais no país, para governador ou para presidente da República. "Como essa última questão está indefinida, não tem sentido o DF ter um calendário eleitoral diferenciado dos demais Estados". As emendas de Corrêa e, provavelmente, de Campelo, ele pretende não acolher. De qualquer forma, o encaminhamento da proposta completa ao projeto que seguirá para apreciação da Comissão da Organização do Estado dependerá da votação, em plenário, pelos membros da subcomissão, de 22 a 25 próximos.

Para o deputado Francisco Carneiro (PMDB), essa polêmica não tem muito sentido, porque o principal é que o Congresso Constituinte aprove eleições diretas no DF ano que vem. Para Carneiro, a defesa de seis anos "é apenas uma questão casuística", que os parlamentares constituintes não deverão levar a sério. Também o deputado Augusto Carvalho (PCB) concorda que a questão fundamental é aprovação das diretas em 88. "O brasiliense precisa resgatar sua cidadania plena, no momento em que se encerra a transição do período da ditadura para a democracia".

Augusto Carvalho acredita que a conjugação de forças atual é favorável à eleições diretas para governador e Assembléia Legislativa no ano que vem, pela plenária final da Constituinte. Afirma que já há uma unidade partidária — do PDS ao PCB — em torno da questão.

Entretanto, uma das nove emendas que a subcomissão do DF havia recebido até ontem, foi exatamente no sentido de castrar o direito do brasiliense votar em 88. O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) propõe que fique como está, ou seja, que continue como competência do presidente da República, a nomeação do governador do DF. Já o deputado Rubem Figueiró (PMDB-MS) apresentou emenda proposta que sejam realizadas apenas eleições para prefeito e Câmara de Vereadores no DF.



senador Maurício Corrêa e o deputado Valmir Campelo, candidatos ao Buriti, discordam de Sigmaringa Seixas, que prevê um mandato de 2 anos para o governador eleito